

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 2 Maio – Agosto 2022

ARTIGO

ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA AGÊNCIA: FUNDAMENTOS DA AGÊNCIA NOS ESTUDOS DA CULTURA MATERIAL

Camila Diogo de Souza*, Carolina Kesser Barcellos Dias**

RESUMO

A noção de agência tem sido usada com frequência na Arqueologia há mais de trinta anos. Durante este período, os significados e os usos do conceito de agência foram apropriados e transformados a partir dos paradigmas das diferentes linhas interpretativas arqueológicas. Contudo, muitas vezes, tais usos carecem de discussões teóricas e explicitações didáticas claras sobre as origens, princípios e modelos da noção de agência. Recentemente, o conceito de agência tem sido subsumido a uma revisão e debate teórico e metodológico cada vez mais intenso na área dos estudos da cultura material e tornou-se ponto central no processo de entendimento das sociedades do passado por meio do estudo relacional entre pessoas, materialidade e campos de ação. Este artigo visa apresentar e discutir o desenvolvimento da noção de agência, seus fundamentos e parâmetros aplicados aos estudos da cultura material. Iremos explorar teoricamente o conceito no campo da Antropologia visando entender como seus pressupostos alcançaram a Teoria Arqueológica e fornecer alguns instrumentos e recursos didáticos para a adoção e a aplicabilidade dos usos e significados da agência material.

Palavras-chave: agência; antropologia; estudos da cultura material; teoria arqueológica; agência material.

* Pesquisadora visitante / Pós-doutoranda Sênior da Universidade Federal Fluminense (UFF). Campus Gragoatá. Rua Marcos Waldermar de Freitas Reais, s/n. Bloco O, Sala 505. Niterói, RJ. CEP. 24210-201. CV: <http://lattes.cnpq.br/8163266362560871>. E-mail: caumilasouza@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8926-6021>.

** Professora permanente/ Pós-doutoranda da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Rua Cel. Alberto Rosa, 154. Sala 119. Centro, Pelotas. RS. CEP. 96010-770. CV: <http://lattes.cnpq.br/1927341823687401>. E-mail: carol.kesser@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8566-1179>.

AGENCY ARCHAEOLOGY AND ANTHROPOLOGY: FOUNDATIONS OF AGENCY IN MATERIAL CULTURE STUDIES

ABSTRACT

The notion of agency has been used frequently in archaeology for over thirty years now. During this period, the meanings and uses of the concept of agency were appropriated and transformed from the paradigms of the different archaeological interpretative views. However, these uses often lack theoretical discussions and clear didactic explanations about the origins, principles and models of the notion of agency. Recently, the concept of agency has been subjected to an increasingly intense theoretical and methodological review and debate in material culture studies and has become a central point in the process of understanding past societies through relational study between people, materiality and fields of action. This article aims to present and discuss the development of the notion of agency, its foundations and parameters applied to the studies of material culture. We will explore the concept in the field of Anthropology in order to understand how its assumptions reached of Archaeological Theory and provide some instruments and didactic tools for the adoption and applicability of the uses and meanings of the material agency.

Keywords: agency; anthropology; material culture studies; archaeological theory; material agency.

ARQUEOLOGÍA Y ANTROPOLOGÍA DE LA AGENCIA: FUNDAMENTOS DE LA AGENCIA EN LOS ESTUDIOS DE LA CULTURA MATERIAL

RESUMEN

La noción de agencia se ha utilizado con frecuencia en arqueología durante más de treinta años. Durante este período, los significados y usos del concepto de agencia se apropiaron y transformaron a partir de los paradigmas de las diferentes líneas interpretativas arqueológicas. Sin embargo, estos usos a menudo carecen de discusiones teóricas y explicaciones didácticas claras sobre los orígenes, principios y modelos de la noción de agencia. Recientemente, el concepto de agencia ha sido sometido a una revisión y debate teórico y metodológico cada vez más intenso en el área de los estudios de la cultura material y se ha convertido en un punto central en el proceso de comprensión de las sociedades del pasado a través del estudio relacional entre personas, materialidad y campos de acción. Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir el desarrollo de la noción de agencia, sus fundamentos y parámetros aplicados a los estudios de la cultura material. Exploraremos teóricamente el concepto en el campo de la Antropología para comprender cómo sus supuestos llegaron a la Teoría Arqueológica y brindar algunos instrumentos y recursos didácticos para la adopción y aplicabilidad de los usos y significados de la agencia material.

Palabras clave: agencia; antropología; estudios de la cultura material; teoría arqueológica; agencia material.

ANTROPOLOGIA E AGÊNCIA

“Agência material” (*material agency*) (DOBRES; HOFFMAN, 1994, 1999; DOBRES; ROBB, 2000a, 2000b, 2005; DORNAN, 2002; KIRIZTZI; KNAPPETT, 2016; KNAPPETT, 2005, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2013; KNAPPETT; MALAFOURIS, 2008; KNAPPETT; VAN DER LEEUW, 2014; ROBB, 2008, 2010, 2015) tornou-se um termo mencionado com frequência nas perspectivas teórico-metodológicas da Arqueologia e nos estudos da cultura material nas últimas décadas, sobretudo após os anos 2000, em consonância com a chamada “virada material” (*material turn*) (DE VAUJANY; MITEV, 2016; HICKS, 2010; HICKS; BEAUDRY, 2010; LATOUR, 2007, p. 139). Entretanto, a semântica do termo, seus usos, nuances e diferentes aplicações e delineamentos historiográficos ainda permanecem subentendidos, quase como entidades próprias e objetos de pouca discussão e reflexão teórico-metodológica.

A noção de agência humana, contudo, constitui um debate de longa data na Sociologia e na Antropologia Sociocultural. Em grande medida, suas raízes, evidentemente, encontram-se no momento histórico do “*material turn*” nas relações entre homens e objetos, em que a produção capitalista e industrial em série reifica e aliena o processo de confecção dos artefatos e das relações de trabalho (MILLER, 1987, 1998, 2005). Segundo Karl Marx (MARX, 1867–1883), *práxis* constitui toda ação humana no mundo que possui consequências físicas externas e molda não somente o mundo material, mas os agentes envolvidos na ação. O trabalho humano altera, dessa forma, o mundo físico criando um produto econômico (objeto/artefato) e, também, proporcionando um estado de consciência no trabalhador.

A *práxis* marxista constitui, portanto, o ponto de partida na Antropologia e na Sociologia desenvolvida sob perspectivas simbólicas, estruturalistas e pós-estruturalistas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos, nas obras de Clifford James Geertz (1926-2006), Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) e Anthony Giddens (1938-). A denominada Antropologia Simbólica ou Interpretativa, de Geertz, trata o mundo material como símbolos e ideias que fazem parte da “teia de significados” que formam uma determinada cultura enquanto “um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seus conhecimentos e atitudes em relação à vida” (GEERTZ, 1973, p. 89).

Estudos sobre a religião, fundamentados em pesquisas Etnográficas, constituem o foco das análises de Geertz, que a define como um sistema de símbolos cuja estrutura assemelha-se a um idioma ou um texto. As práticas materiais de uma religião e seus objetos, como santuários, execução de danças, peregrinações e amuletos, funcionam como símbolos externos servindo como receptáculos de significados religiosos internos, isto é, de crenças, valores, atitudes e ideias de ordem cósmica. Em outras palavras, coisas materiais incorporam o plano da religião ou sua verdadeira essência, ou seja, o imaterial, como crenças e significados. O pesquisador acadêmico, seja ele antropólogo, etnólogo, arqueólogo ou sociólogo deve, portanto, decodificar os símbolos para entender esse sistema de significados.

A preocupação geertziana com os significados humanos por meio da materialidade dos objetos influenciou sobremaneira os estudos da cultura material como campo de investigação tanto na Antropologia, quanto na Arqueologia a partir da década de 1970. Arjun Appadurai (1949-), antropólogo indiano-norte-americano, atribui atenção exagerada às coisas elas mesmas e as considera como seres humanos, que, em um determinado espaço e tempo, são dotadas de carreiras, biografias e vidas sociais (APPADURAI, 1986). Segundo o autor, não se trata de fetichismo, como se as coisas fossem matéria inerte dotadas de significados. Pelo contrário, elas são portadoras de

informações sobre cultura, pois “seus significados estão inscritos em suas formas, usos, trajetórias” (APPADURAI, 1986, p. 5). Para Appadurai, o objetivo do pesquisador é entender a “vida social das coisas” (*the social life of things*) por meio de estratégias que busquem um certo afastamento das relações humanas e a “singularização” dos objetos nas relações humanas.

Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1977, 1984a, 1984b) amplia o conceito de *práxis* de Marx reforçando a importância de fatores culturais e simbólicos na reprodução social, seja nas relações humanas, seja nas relações entre homens e coisas, criticando a primazia dada aos fatores econômicos nas concepções marxistas (BOURDIEU, 1984b). Filósofo de formação, mas convertido às Ciências Sociais, à Sociologia e à Antropologia, Bourdieu é influenciado pela tradição fenomenológica-existencialista que dominou o pensamento francês nos anos 1950, assim como pela nova corrente estruturalista. Bourdieu propõe a definição do conceito de *habitus*, ou “sistema de disposições padronizadas” (« *système de dispositions réglées* »), que trata de atitudes e valores profundamente arraigados de uma sociedade em particular e das estratégias pragmáticas que as pessoas usam para fundamentar esses valores como, por exemplo, para obter prestígio ou honra masculina. Esse sistema permite que um indivíduo atue no mundo social e o interprete de uma maneira que é única para ele, mas que, simultaneamente, seja um sistema comum aos membros das categorias sociais às quais ele pertence. É “um sistema subjetivo, mas não individual, de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe” (BOURDIEU, 1977, p. 188). Um sistema de disposições duráveis, princípio inconsciente e coletivamente inculcado para a geração e a estruturação de práticas e representações.

Habitus é o conceito-chave para a síntese subjetividade-objetividade, uma vez que deve ser compreendido como uma gramática gerativa de práticas conforme as estruturas objetivas de que ele é produto. A aquisição do *habitus* não é um processo de aprendizagem mecânica. As sociedades preveem formas de transmissão de práticas, que, embora espontâneas, apresentam-se como exercícios estruturais, vivenciados nas ações. A capacidade dos agentes em posição de dominação de impor suas produções culturais e simbólicas desempenha um papel essencial na reprodução das relações sociais de dominação. Segundo Bourdieu, essa capacidade faz com que a arbitrariedade das representações simbólicas seja reconhecida por determinados grupos e, portanto, elas tornam-se normas e são aceitas como legítimas. Tal fato social constitui uma “violência simbólica” e ela é responsável pelos mecanismos de reprodução das hierarquias e de opressão (BOURDIEU, 1984a).

As sociedades modernas são constituídas por “campos” (artístico, político, econômico, religioso, esportivo etc.), relativamente autônomos, porém hierárquicos, em que os agentes sociais competem para ocupar posições dominantes. Cada campo é organizado de acordo com sua própria lógica. As interações são, portanto, estruturadas de acordo com os recursos que cada um dos agentes possui e mobiliza. Os agentes de cada campo compartilham interesses. O *habitus* é o princípio da ação do agente dentro de um determinado “campo”; a ação enquanto espaço de competição social fundamental e violência simbólica como mecanismo primário para a imposição de relações de dominação.

O *habitus* constitui o sistema padrão de ação ou percepção que o indivíduo adquire através de sua experiência social. Por meio da socialização, cada indivíduo lentamente incorpora um conjunto de maneiras de pensar, sentir e agir que provam ser sustentáveis. Bourdieu acredita que essas disposições estão na origem das práticas futuras dos indivíduos. Todavia, Bourdieu critica o estruturalismo “tradicional” por sujeitar o indivíduo a regras estruturais fixas. Em suas abordagens, as estruturas sociais são

dinâmicas sob a designação de “estruturalismo construtivista”, “construtivismo estruturalista”, ou ainda, “estruturalismo genético”. No construtivismo, ao contrário do estruturalismo “tradicional”, as estruturas são construídas pela livre ação dos agentes sociais e, uma vez constituídas, elas passam a condicionar temporariamente a ação desses agentes. Encontramos aqui a oposição entre estrutura / agência humana.

Como Bourdieu observa, os valores estruturais do agente não ditam rigidamente suas ações específicas, mas fornecem uma estrutura da lógica prática através da qual os atores compreendem situações e definem suas estratégias de ação. O *habitus* não é um hábito que se pratica mecânica e inconscientemente: ele é o ponto central do que Bourdieu chama de “Teoria da Ação”, isto é, é o estudo da natureza da ação humana, resultado do indivíduo e do coletivo. O *habitus* é estrutura estruturada, pois é produzido pela socialização; mas também é uma estrutura estruturadora, pois gera uma infinidade de novas práticas.

Sua obra busca demonstrar como são formadas as hierarquias entre grupos sociais, como as práticas culturais ocupam um lugar importante na luta entre esses grupos e como o sistema escolar desempenha um papel decisivo na reprodução e legitimação dessas hierarquias sociais. Os indivíduos de um mesmo grupo social experimentaram socializações semelhantes, fato que explica a similaridade das maneiras de pensar, sentir e agir específicas para indivíduos da mesma classe social. Isso não significa, no entanto, que as disposições do *habitus* sejam imutáveis. A partir de um número limitado de disposições, o agente é capaz de inventar uma multiplicidade de estratégias. A ação dos indivíduos na “Teoria da Ação” de Bourdieu é, portanto, fundamentalmente o produto das estruturas objetivas do mundo em que os agentes vivem e que moldam neles um conjunto de disposições que estruturam seus modos de pensar, perceber e agir.

“os indivíduos não se movimentam no espaço social de uma maneira randômica, isto devido em parte ao fato de que eles se sujeitam a forças que estruturam esse espaço social e, em parte, porque eles resistem às forças do campo com sua inércia específica, isto é, suas propriedades, que podem existir em formas corporificadas, como disposições, ou em formas objetivadas, como bens, qualificações etc.” (BOURDIEU, 1984b, p. 109).

De maneira similar, o sociólogo britânico Anthony Giddens (1977, 1979, 1984, 1989) propõe a denominada “Teoria da Estruturação”, por meio da qual as estruturas, durante a ação humana, permitem aos agentes, enquanto dotados de *agência*, agir e restringir como eles devem agir, isto é, as ações individuais perpetuam as estruturas num processo denominado pelo autor de “dualidade da estrutura” (GIDDENS, 1979). O resultado é que qualquer ação humana reproduz crenças e hábitos dos quais os agentes fazem parte, mas apenas alguns desses costumes são conscientemente apreendidos. A “Teoria da Estruturação” é uma teoria social da criação e reprodução de sistemas sociais, baseada na análise da estrutura e da agência, sem dar primazia a nenhum dos dois. Há uma interação intrínseca e inseparável de estruturas e agentes/agência. As ações e a estrutura não se pressupõem, mas se caracterizam por uma relação dialética por meio da reelaboração dos conceitos relacionados com cada um dos termos (GIDDENS, 1997, p. 53).

As pessoas desenvolvem disposições para agir de certa maneira por meio de ações que são padronizadas, pela influência das estruturas e das condições materiais nas quais as pessoas estão inseridas e/ou vivendo. Porém, ao mesmo tempo em que as práticas são condicionadas pelas estruturas, estas são também remodeladas e transformadas pelas práticas. A “Teoria de Estruturação” enfatiza que a compreensão dos sistemas sociais

situados no tempo-espaço possa ser efetuada vendo a estrutura não no tempo e no espaço, mas como ordem virtual de diferenças, produzida e reproduzida em interações sociais, como meio e produto (GIDDENS, 1979, p. 5).

Tal visão da agência humana possui suas bases na abordagem Estruturalista de Claude Lévi-Strauss, segundo a qual as estruturas sociais – leis, costumes, hábitos e normas socioculturais que definem as ações humanas – são compostas por formas binárias, estruturas opostas que constituem a sociedade (como por exemplo, homem/mulher – criança/adulto – rico/pobre – simples/complexo – civilizado/bárbaro). Tais estruturas binárias são marcadas por ideologias que mantêm a estrutura, mascarando e manipulando as diferenças. Entretanto, tanto Giddens quanto Bourdieu entendem que os valores de poder e controle social, ideologia, não consistem apenas em controlar o comportamento e as ações de outras pessoas, mas são aspectos mais difuso e presente em todas as relações sociais numa relação dialética. As estruturas atuam de forma consciente nos agentes em determinadas ações e, em alguns casos, elas são o gatilho das mudanças sociais (consciência social das diferenças).

Giddens visa à superação de dualismos, tipos voluntarísticos versus tipos determinísticos, sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, estática-dinâmica, natureza-cultura. A “dualidade da estrutura” está, dessa forma, na recursividade essencial da vida social e expressa a dependência mútua de estrutura e agência, tal como se apresenta nas práticas sociais. “O que não pode ser dito é (...) o que deve ser feito: os significados dos itens linguísticos são intrinsecamente envolvidos com as práticas que abrangem as formas de vida” (GIDDENS, 1979, p. 34), diferenciando-se do estruturalismo, para o qual o tácito é identificado com o inconsciente. As atividades sociais humanas são recursivas, ou seja, elas não são criadas pelos atores sociais, mas são continuamente recriadas por eles.

Assim, a intencionalidade do sujeito, crucial para a fenomenologia (KRISTEVA, 1969, KRISTEVA *et al.*, 1975), abrange o conceito de consciência prática que considera as razões e intenções iniciadas rotineira e cronicamente na atividade social humana. O caráter intencional das ações humanas deve ser visto como um fluxo contínuo e não como um conjunto de estados de consciência que, de alguma forma, acompanham a ação (GIDDENS, 1979, p. 39-40).

Além disso, nas práticas sociais, Giddens argumenta que a “restrição material” (*material constraint*) também constitui um elemento fundamental nas relações entre agentes e objetos da ação. O mundo material atua de forma significativa nas ações humanas, pois ele viabiliza determinadas ações e, ao mesmo tempo, restringe outras. Pessoas e coisas estão numa relação dialética, em dependência mútua: ações e agência humana + condições físicas do mundo material e corporais humanas + materialidade das coisas (ações e agência dos objetos) (GIDDENS, 1984, 1989).

A partir da década de 1990, o debate acerca da relação entre agência e cultura material na Antropologia e Sociologia ganha novos horizontes estabelecendo de forma efetiva a ênfase nas “coisas” por meio de uma análise ontológica e não nas relações humanas. O termo “novo materialismo” foi cunhado pelos filósofos Manuel DeLanda (DELANDA, 2006, 2012, 2016) e Rosi Braidotti (BRAIDOTTI, 2013), durante a segunda metade da década de 1990 para designar a leva de autores que passam a se dedicar sobre as questões epistemológicas da *material agency* (DOLPHIJN; VAN DER TUIN 2012, p. 93). Neste sentido, verifica-se uma “virada material” (*material turn*) em termos historiográficos nos estudos sobre a cultura material, cunhados também como a antropologia dos objetos.

Vários pensadores propuseram denominações nuançadas para definir as características do “novo materialismo”, como por exemplo, o “encantamento da

tecnologia” de Gell (GELL, 1992, 1998), o “materialismo vital” de Bennett (BENNETT, 2010), a “Teoria Ator-Rede” (*Actor-Network Theory* – ANT) de Latour (LATOUR, 1999a, 1999b, 2005, 2007, 2014), o “realismo agencial” de Barad (BARAD, 2007), a “transcorporalidade” de Alaimo (ALAIMO, 2010), o “pós-humanismo” de Braidotti (BRAIDOTTI, 2013) e a “ontologia orientada a objetos” ou “filosofia orientada a objetos” encontrada nas obras de Bryant (BRYANT, 2011; BRYANT *et al.*, 2011), Bogost (BOGOST, 2012) ou, ainda, Morton (MORTON, 2013), Alberti (ALBERTI *et al.*, 2011) e Coole (COOLE *et al.*, 2010). Dadas as nuances entre elas, o afastamento do antropocentrismo no estudo da materialidade constitui o elemento central nessas abordagens, comum também nas obras de Gilles Deleuze (1925-1995) e seu colaborador Félix Guattari (1930-1992) (DELEUZE; GUATTARI, 1980, 1983, 1987).

Deleuze e Guattari forneceram e continuam a fornecer um marco filosófico definidor do “novo materialismo” nas Ciências Humanas, particularmente em seus esforços para pensar a relação entre sujeito (agente) / objeto (coisas em geral) ordenada além da lógica de binários opostos ou dialéticos em que um sujeito ou agente humano se destaca e se distancia dos objetos materiais (“coisas”), literalmente para “objetificá-los”. Fundamento teórico ousado, inovador e, muitas vezes, mal interpretado e, conseqüentemente, ignorado, para Deleuze e Guattari, os sujeitos (agentes) e objetos (coisas) se misturam, colaboram e se fundem. “Conjunto”, *assemblage* em francês, é o termo utilizado pelos autores para definir as práticas sociais, as relações entre agentes e coisas, como formações híbridas que não se apegam à suposta divisão sujeito / objeto (DELEUZE; GUATTARI, 1987, p. 3-25, p. 34-41, p. 71-73, p. 88-91, p. 323-337, p. 503-505).

Antropólogos e sociólogos, então, expandiram as teorias de Deleuze e Guattari indicando que os “conjuntos” são emaranhados indisciplinados de coisas heterogêneas que geralmente consideramos discretas ou entidades dialeticamente opostas (por exemplo, DELANDA 2006, p. 10-25, p. 28-46, 2016; BENNETT 2010, p. 20-38). Os “conjuntos” são compostos por entidades humanas e não humanas, isto é, que são “sujeitos / agentes” e “objetos / coisas”. Os “objetos ou coisas” nos “conjuntos” podem incluir tanto coisas enquanto elementos materiais constitutivos da “natureza”, como grama, micróbios, partes do corpo, furacões etc. quanto elementos que são constituídos como parte da “cultura”, por exemplo, um vaso cerâmico, garrafas de refrigerantes, templos, idiomas e sotaques, guerras, entre outros. Os “conjuntos” envolvem ainda elementos visíveis e invisíveis como ondas de rádio, forças magnéticas, vibrações do som e da música, partículas de elementos químicos identificadas pelo olfato, como feromônios, por exemplo, entre vários outros.

A principal característica dos “conjuntos” é que cada um de seus elementos afeta ou modifica seus outros elementos participativos na prática social, na ação, de modo que não há uma relação de subordinação ou superordenação entre eles e, portanto, não são passíveis de sistematização e conceitualização uma vez que não são fixos, embora possam se tornar estáveis por um determinado tempo. Os “conjuntos” podem se conectar simultaneamente a outros “conjuntos” de diferentes escalas. “Não existe homem nem natureza agora, apenas um processo que produz um dentro do outro (...) O eu e o não-eu, fora e dentro, não têm mais significado qualquer que seja” (DELEUZE; GUATTARI, 1983, p. 2). Sem limites rígidos, membranas ou recipientes para dividi-los, humanos e coisas entram continuamente em um relacionamento coextensivo, interdependente e integrador, que Jane Bennett (BENNETT, 2010, p. 32) chama de “enxame de vitalidades”, capaz de animar tanto os elementos não-humanos, as coisas, e seus companheiros humanos.

Os autores definem a ideia de “agenciamento”, *agencement* em francês (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 8), isto é, uma combinação de elementos heterogêneos cuidadosamente ajustados uns aos outros e “independentes” que constituem o todo. Para eles, não há estrutura, nem rede, nem emaranhado. As ações humanas constituem um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 9-38).

“Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 15. [Tradução nossa]).

As práticas sociais são criações humanas e criam ações e reações. A agência humana é dotada de intenção, funções, manipulação e transformação por meio de uma relação dinâmica como elemento fundamental da ação humana com o meio, seja material seja humano. Nas práticas sociais verifica-se a predominância do elemento êmico (análise subjetiva, correlacional) *versus* ético (análise objetiva, descritiva). “Experimentem, nunca interpretem” (“*Expérimentez, n'interprétez jamais*”) (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 40).

Tais abordagens desafiam a noção de *agência*, enquanto a capacidade dos objetos (coisas) em criar efeitos no mundo material e, principalmente, nas pessoas, tornando, assim, as coisas como agentes da prática social. Nos “conjuntos” as coisas não são inertes. Não são instrumentos passivos, flexíveis da intencionalidade e nem restritivos das ações humanas. As coisas exercem um poder generativo, como agentes ou forças com tendências próprias. Elas também são responsáveis pela *agência* e são dotadas de poder de ação. A vontade e a ação humana são apenas uma pequena parte de uma composição maior.

Verificamos tais ideias nas obras do antropólogo britânico Alfred Antony Francis Gell (1945-1997), argumentando que os objetos alcançam seus efeitos mágicos, simbólicos, rituais, de prestígio não por meio da “tecnologia do encantamento”, vale dizer, as causas das características materiais que constituem os artefatos, mas sim do “encantamento da tecnologia”, isto é, dos efeitos provocados pelas características do *design* da cultura material nos agentes das práticas sociais (GELL, 1992, 1998). A arte deve ser entendida, para o autor, como parte de um sistema de ação “com a intenção de modificar o mundo ao invés de proposições simbólicas que codificam o mundo” (GELL, 1998).

Bruno Latour (1947-), filósofo e sociólogo francês, faz uma distinção entre os “objetos”, artefatos, e as “coisas”, instituições humanas, e indica que a noção de agência humana e agência dos objetos e das coisas só é possível por meio da materialidade inserida e que configura as relações sociais (LATOURE, 2007, 2014). Isto quer dizer que, para o autor, nada existe fora das relações sociais (LATOURE, 1999a, 1999b, 2005). O mundo material e o social estão em constante interação e conexão e as estruturas sociais não existem em si mesmas e, portanto, não podem ser usadas para explicar fenômenos sociais.

O ator (agente) é definido a partir do papel que desempenha na relação e do efeito que a ação (objetos e coisas) produz na sua “rede”, isto é, nas interligações de conexões sociais – os *nós* – onde os atores estão envolvidos e onde são praticadas as ações (LATOURE, 2005). Pessoas, animais, coisas, objetos e instituições podem ser um ator / agente. Essa relação entre agente e “rede” é denominada por Latour de *Actor Network Theory* / Teoria Ator-Rede, ANT. Para ele, as análises da materialidade devem ser estritamente empíricas com a finalidade de “descrever” em vez de “explicar” a atividade social (LATOURE, 1999a, 2005).

Para exemplificar sua teoria, Latour analisa o *slogan* da *National Rifle Association* (NRA): “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas” (LATOURE, 1999b, p. 176-180). De acordo com Latour, essa posição é essencialmente substantivista, uma vez que o objeto não acrescenta nada, não possui participação nenhuma na ação de matar, é um mero veículo “neutro” da ação. O autor argumenta que as armas (os objetos) possuem, na verdade, um *papel mediador*: por um lado, tornam-se instrumentos diligentes de volição humana – quando uma pessoa pega uma arma, ela não é mais a mesma pessoa de antes, os objetos (as armas) provocam efeitos nas ações humanas, habilitam, potencializam a violência e encorajam a ação de matar. Porém, por outro, as características físicas do objeto (da arma) são “apropriadas” e direcionam a ação humana, como o gatilho, moldado para acomodar o dedo. Armas e pessoas se conectam formando um “conjunto” ou uma “rede”. As armas possuem, assim, um papel mediador que atua de forma efetiva na maneira como a ação é executada. O “conjunto” mata pessoas (LATOURE, 1999b, p. 182).

Timothy Ingold (1948-), por meio das perspectivas recentes da Antropologia Social britânica sobre a agência humana, e esta, aplicada à noção de agência material, propõe uma abordagem individualista, a partir da qual a percepção ambiental, linguagem, tecnologia, técnica e prática especializada, arte e arquitetura, criatividade, teorias da evolução em antropologia biológica, relações homem-animal e abordagens ecológicas em antropologia integram o mundo das ações humanas e das “coisas” (INGOLD, 2000, 2007, 2010, 2011).

A percepção ambiental e da prática hábil substituem os modelos tradicionais de transmissão genética e cultural fundados na aliança entre a biologia neodarwinista com ciência cognitiva, na relação entre Antropologia, arquitetura, arte e *design* e Fenomenologia (experiência e consciência / objetividade e subjetividade – julgamentos, percepções e emoções) (INGOLD, 2000). O homem cria e é alterado por espaços e lugares à medida que estes são encontrados e percebidos (INGOLD, 2007).

Ingold define o conceito de “malha” (“*meshwork*”), como uma crítica à ANT de Latour. O antropólogo britânico propõe o *Skilled Practices Involves Developmentally Embodied Responsiveness*, SPIDER, um sistema de práticas qualificadas que envolvem capacidade de resposta incorporada ao desenvolvimento. Ênfase nos “*skills*” (habilidades/capacidades) e não na agência, isto é, a capacidade de percepção e ação humana e animal no mundo físico é conduzida por habilidades / expertise / capacidades físicas e mentais. Para Ingold, deve-se buscar “as coisas em vida” (“*things in life*”) e não “a vida nas coisas” (“*life in things*”), vale dizer, entender as coisas “em formação/ação” (“*in formation*”) e não em suas formas acabadas (INGOLD, 2007).

As estruturas neurológicas e o conhecimento que adquirimos, as habilidades ou “*skills*”, emergem juntas como momentos complementares de um processo único, ou seja, o processo da vida das pessoas que habitam o mundo. O conhecimento torna-se, assim, imanente à vida e à consciência do sujeito, na medida em que se processa no campo da prática. Nesta perspectiva a cognição é um processo em tempo real. É neste sentido que Ingold afirma que a contribuição das gerações passadas para as seguintes não se dá pela entrega de um conjunto de informação que adquiriu autonomia em relação ao mundo da vida e da experiência, mas pela criação, por meio de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as gerações presentes desenvolvem suas próprias habilidades (INGOLD, 2010, p. 21). A *prática* que atua de forma crucial na produção do conhecimento.

A chave para se compreender sua posição está em tomar como foco a atividade em si mesma — independente de quem a realiza, humanos ou não-humanos — que resulta em linhas, trilhas, tramas, traços que são incorporados na paisagem. Decorre daí a possibilidade de desfazer as fronteiras entre processos biológicos e culturais e ao mesmo

tempo aproximar os diferentes campos do conhecimento, estabelecendo uma linha de continuidade entre os conhecimentos científico, técnico e tradicional. Em todos eles a produção do conhecimento se dá pelo engajamento e a imersão dos sujeitos no mundo imediato e material da experiência.

O “*material turn*” e a proposição da “*material agency*”, portanto, não implicam supor que as coisas possuam algum valor ou caráter enigmático, sobrenatural, ou divinamente infundido. O “novo materialismo” permanece profundamente realista, empírico e, por meio da materialidade, as propriedades físicas dos objetos (matéria-prima, forma, decoração, ergonomia, textura, cheiro, maleabilidade, peso, dimensões etc.), delineiam um comportamento binário ou dialético entre sujeitos e objetos, ações, reações, efeitos e causas.

Ao contrário da abordagem simbólica, os “novos materialistas” insistem que o mundo material não pode ser reduzido ou visto como permutável pelo texto. As coisas não são “objetos” no sentido semiótico do termo, pois seu poder e valor não são determinados exclusivamente por um agente que pensa e simboliza suas ideias. Com abordagens fenomenológicas, os “novos materialistas” argumentam que as coisas devem ser entendidas como entidades de sentido que provocam e são usadas pelos sentidos humanos (visão, tato, olfato, paladar e audição), não redutíveis exclusivamente à cultura, às estruturas fixas de significação e nem à representação simbólica. O micro e o macro inevitavelmente se confrontam e se dobram um sobre o outro (DELANDA, 2006, p. 4-7, p. 32-46; 2012).

As coisas envolvem corporeidade, ou seja, a materialidade do humano. Emoções, como tristeza ou alegria, e situações vivenciadas pela memória são, muitas vezes, invocadas pela materialidade, seja pelas partículas de um odor de produtos químicos, por exemplo o cheiro de um incenso, seja pelo som de uma música ou um sino de uma Igreja. Elas estabelecem, dessa forma, uma relação entre sujeitos humanos e não-humanos, efeitos e reações no mundo físico e com os demais humanos. Trata-se de uma via de mão dupla, em que os objetos não são exclusivamente definidos como produtos e vetores das ações e da cognição humanas, mas também produzem reações e modificam a materialidade dos próprios agentes humanos (corporeidade) e nos demais agentes não humanos durante o processo de interação e experimentação.

ARQUEOLOGIA E AGÊNCIA

A inclusão do debate antropológico sobre a agência das coisas ocorre de uma maneira bastante tímida e incipiente nas abordagens da Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia durante a década de 1970 e 1980. Tal fato é evidente e inteligível em harmonia com as premissas teórico-metodológicas da abordagem processualista que busca modelos transculturais e correspondências universais para interpretar as variabilidades culturais e as mudanças nos processos históricos.

Ícone da Teoria Arqueológica Processual ou da Nova Arqueologia, Lewis Binford argumentou que a cultura material arqueológica deve ser entendida como evidência do comportamento e adaptação humanos, operando em diferentes registros culturais, do prático ao social e ao ideacional, em vez de reflexões mais gerais de traços histórico-culturais específicos. O uso da analogia etnográfica e de um método científico rigoroso de sistematização dos objetos são necessários para fazer afirmações gerais sobre as relações sistemáticas entre o comportamento humano e a cultura material, denominada de “teoria do alcance médio” (BINFORD, 1983). O materialismo da Nova Arqueologia partiu das perspectivas ecológicas e do foco tecnológico de Leslie White, ambas sob a bandeira do neoevolucionismo, a um determinismo materialista da estrutura social.

O conceito de cadeia operatória (*chaîne opératoire*) proposto pelo arqueólogo André Leroi-Gourhan (1911-1986) em *Le Geste et la parole* (LEROI-GOURHAN, 1965) fundamenta inúmeros estudos de abordagens tecnológicas e funcionalistas da Arqueologia Processual, sobretudo do material lítico e cerâmico, cuja materialidade dos objetos refletem de forma direta a organização do processo de produção explicada de acordo com modelos ecológicos, econômicos e funcionais para promover determinados ajustes aos demais subsistemas culturais. A *chaîne opératoire* funciona de maneira mais intuitiva com uma tecnologia redutora, em que os passos dados durante o processo podem ser identificados diretamente nas formas de um objeto e em seu processo de “lascamento” (*stone knapping* ou *debitage*).¹

Dessa forma, a *chaîne opératoire* envolve uma série de etapas da ação humana em relação ao meio físico que possibilita sua transformação em artefatos idealizados e materializados para determinadas funções. Este processo de produção da cultura material abrange técnica e tecnologia, organização social e formas de subsistência, recursos ecológicos e ambientais, como acesso à fonte de matéria-prima, interações sociais e comportamentais, como por exemplo, comunicações entre os agentes humanos envolvidos no processo de confecção dos artefatos por meio de inscrição, emissão, recepção e resposta, segundo a Teoria da Comunicação de Michael Schiffer (SCHIFFER, 1990, 1999, 2004). A técnica é compreendida como o conjunto de instrumentos e recursos utilizados na ação humana que resulta na concretização de uma ideia abstrata de um objeto. Tecnologia, por sua vez, constitui o *corpus* de conhecimentos (*know-how*) empregados pelo homem na transformação, produção e utilização do mundo material. Trata-se do conjunto de cognição humana, cujas bases são biológicas, mas também culturais e sociais, relacionadas diretamente à organização social.

Nesta perspectiva, a cultura é passiva frente à tecnologia e o determinismo biológico e o evolucionismo social por meio do progresso tecnológico determinam os traços físicos, as características da produção dos objetos, da organização e divisão do trabalho. A materialidade expressa as relações humanas entre o remetente (*sender*), agente primário, o emissor (*emitter*), agente secundário que incorpora a informação transmitida pelo agente primário e o receptor ou destinatário (*receiver*), agente que registra a performance do emissor, constrói inferências e reage. Os objetos são, dessa forma, vetores da ação e das relações humanas e configuram expressões materiais das formas de organização social e dos meios de subsistência de uma determinada sociedade.

O “sonambulismo tecnológico” (DOBRES; HOFFMAN, 1994, 1999) característico das abordagens processuais funcionalistas, a partir do qual a otimização tecnológica torna-se a razão do comportamento humano (DOBRES, 2000), é substituído pela polifuncionalidade da cultura material e da inclusão dos aspectos simbólicos e ideológicos da tradição e da intencionalidade individual e coletiva (social) no processo de produção dos artefatos a partir da década de 1980, mas sobretudo 1990, com as abordagens da Arqueologia Pós-Processual, Arqueologia Contextual ou Arqueologia Interpretativa (HODDER, 1991, 2012).

Pierre Lemonnier (1948-), etnólogo e antropólogo francês, amplia o conceito de *chaîne opératoire* de Leroi-Gourhan compreendendo que se trata de uma “série de operações envolvidas na transformação das matérias-primas (incluindo o nosso próprio corpo) pelos seres humanos” (LEMONNIER, 1992, p. 26). O processo complexo de

¹ O termo aqui refere-se à cadeia operatória do material lítico, por meio do qual é possível visualizar no artefato as diversas etapas do processo de fabricação com o uso de percutores, isto é, as marcas, os sinais onde houve a aplicação da ação humana responsável pela retirada do material (as lascas) para a configuração da forma desejada, uma ponta de flecha, por exemplo.

materialização e vida das “coisas” envolve uma série de ações que são culturalmente e individualmente variáveis. Técnica abrange um conjunto de recursos, instrumentos e habilidades corporais humanas (como os cinco sentidos, -visão, tato, olfato, audição e paladar-, mas também a capacidade e habilidade de moldar objetos, como o dedo polegar etc.) que resultam numa ação efetiva a fim de concretizar uma ideia abstrata. Técnica envolve matéria-prima, instrumentos, gestos, gasto de energia e trabalho humano para a modificação do mundo físico e a produção da cultura material (LEMONNIER, 2014).

Tecnologia corresponde a um processo social e cultural relacionado às práticas e representações sociais que implica a dialética entre o novo e o pré-existente, a reorganização dos elementos presentes na cultura material e a continuidade/descontinuidade dos princípios socioculturais da produção, utilização e distribuição dos objetos. A inovação tecnológica numa sociedade é motivada por escolhas coletivas e individuais que são engendradas no contexto das práticas sociais de produção e reprodução cultural.

Aplicada à Arqueologia, a perspectiva de *chaîne opératoire* de Lemonnier resulta em abordagens que enfatizam o caráter plural e multifacetado no processo de confecção, circulação, consumo e descarte dos objetos como a localização dos centros de produção; o tipo e quantidade da produção; os padrões de distribuição; a organização dos espaços de produção; a gestão da matéria-prima; as técnicas utilizadas em todas as etapas do processo de produção; a variabilidade da composição do material; a materialidade do produto final; o volume descartado, desperdício; os instrumentos utilizados no processo de produção; a *personalidade* e habilidades dos artesãos. O domínio da tecnologia, do conhecimento (*know-how*), não é estático e nem completamente passivo em relação à cultura, organização social e nem à disponibilidade de recursos do meio ambiente, mas é dinâmico e interativo, e envolve processo mnemônico, de tradição, aprendizagem, adaptação e inovação, enquanto resultado de identidades coletiva, grupal, individual, social, comunitária, de gênero, e até mesmo étnica.

Os indivíduos atuam como agentes capazes de promover mudanças ou a manutenção nas características do processo de produção dos artefatos baseados em motivações sociais e culturais e não puramente ecológicas, econômicas e funcionais (ALBERO, 2014; ALBERO *et al.*, 2016; DOBRES; HOFFMAN, 1994; HUNT, 2016). As mudanças tecnológicas são entendidas como resultantes de processos multicausais (HUNT, 2016) e a cultura material adquire um aspecto polifuncional com a inclusão dos aspectos simbólicos e ideológicos da tradição e da intencionalidade individual e coletiva (social) no processo de produção dos artefatos.

A noção de agência material (*material agency*) adotada pelos arqueólogos Pós-processuais, sobretudo, John Robb, Marcia-Anne Dobres e Karl Knappett, entende que os seres humanos atuam em sociedades diferentes de acordo com um mundo de estruturas significativas. Ao agir, não apenas realizam uma ação específica: reforçam e perpetuam essas estruturas nos próprios agentes humanos, mas também nos agentes não-humanos – as coisas, e nas relações sociais e situações em que a ação se desenvolve.

Os estudos ontológicos e relacionais entre materialidade e pessoas (pessoalidade, personalidade) ganham novas perspectivas no campo de ações dos indivíduos e das coisas (ALAIMO, 2010; ALBERTI *et al.*, 2011; BOGOST, 2012; COOLE; FROST, 2010; OLSEN, 2010). As características materiais dos artefatos, isto é, a materialidade como um todo, permitem que os objetos tenham “vida”, efeito, provoquem reações humanas subjetivas individuais e coletivas, culturais (HARDING, 2016). Conforme indica John Robb (ROBB, 2015), o questionamento do arqueólogo aos objetos não é mais “O que eles são e quais as suas funções?” (“*What are they and what are their functions?*”) e nem “O que eles significam?” (“*What do they mean?*”), mas sim, “O que eles fazem?” (“*What do they do?*”).

Estudos bioarqueológicos no campo da Arqueologia Funerária, particularmente da paleopatologia, indicam que determinadas patologias (artrites, hérnias de disco, tendinites e escolioses), marcas de estresse físico e a presença de partículas tóxicas em remanescentes esqueletizados humanos auxiliam na identificação de processos da cadeia operatória pois, durante a fabricação, as atividades deixam marcas ósseas ocasionadas pela postura e posições dos artesãos (ALBERO, 2014; MORALES, 2005; SOFAER, 2006). Materialidade e agência, e até mesmo o *design* dos objetos fazem parte das análises que focam nas maneiras pelas quais o propósito é transformado em efeito (coisas) por meio da relação integrativa entre os agentes humanos e não-humanos (HARDING, 2016; HUNT, 2016). O emaranhamento entre coisas e pessoas torna-se o elemento responsável e ativo no campo de ação (BARAD, 2007; DOLPHIJN; VAN DER TUIN, 2012; HODDER, 2012; STOCKHAMMER, 2012; WATTS, 2007).

As visões diferem de acordo com os pesquisadores, alguns são mais radicais e entendem as estruturas e significados como relativamente estáveis e rígidas, enquanto outros se concentram na capacidade dos humanos de redefinir o significado dos símbolos no momento da execução da ação, da prática. Entretanto, de um modo geral, a compreensão das relações entre estruturas duradouras mais “fixas” e a liberdade dos agentes das ações em reconfigurá-las ou reinterpretá-las ainda permanece um campo teórico pouco explorado por meio da cultura material. A “dualidade de estrutura” de Giddens às vezes é invocada como um arcabouço teórico bastante abstrato, mas não como uma ferramenta para sondar a materialidade.

De maneira geral, os principais elementos teóricos da agência nas perspectivas mais recentes da Arqueologia incluem os seguintes princípios e fundamentos:

- 1) Os seres humanos reproduzem seu ser e suas relações sociais por meio de práticas cotidianas;
- 2) Essas práticas são viabilizadas por condições materiais e por meio da cultura material não de forma passiva, mas interativa e integrativa;
- 3) Essas práticas acontecem dentro de contextos históricos herdados do passado, incluindo crenças, tradições, memórias e hábitos; portanto, os agentes possuem valores que os ajudam e definem, de certa maneira, seu modo de agir e restringem suas ações;
- 4) Na prática da ação, os seres humanos não reproduzem simplesmente suas condições materiais, estruturas herdadas de significado e consciência histórica, mas, também, mudam, reinterpretam e redefinem tais significados;
- 5) A cultura material possui um papel ativo no processo da ação, na interação e nas relações sociais e nas relações dos agentes humanos com os não-humanos; possui efeitos e modifica todos os agentes envolvido na prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ao pesquisador buscar compreender quais são as reações, os efeitos e as respostas humanas aos objetos, e quais as formas que a cultura material assume para alcançar tais aspectos. O estudo e a caracterização do *design* da cultura material torna-se um elemento crucial no processo de produção de conhecimento arqueológico e pode ser definido como o meio material pelo qual o propósito da ação cognitiva (tecnologia / *know-how* / conhecimento e habilidades) e técnica humanas (instrumentos / recursos / capacidades físicas) é transformado em efeito, reação. Trata-se do *link* essencial que conecta as interações entre o ser-humano e objeto no processo social do “ciclo de vida” do mesmo, e inclui aspectos culturais e individuais, inclusive emoções e percepções individuais da experiência da prática social (DORNAN, 2002). Parafraçando o

ceramólogo Daniel José Albero Santacreu, ao citar o filme *Metropolis*, de Fritz Lang e Thea von Harbou (1927): “*the mediator between brain and hands must be the heart*”.

As dificuldades e os limites da interpretação arqueológica da cultura material neste sentido versam sobre a falácia da concretude das reações humanas e dos efeitos dos objetos considerados em todos os seus aspectos coletivos e, sobretudo, individuais. Além disso, o pesquisador deve estar consciente das “*armadilhas cognitivas*” resultantes da leitura equivocada da materialidade dos objetos aparentemente voltadas para um determinado efeito.

Os arqueólogos devem considerar a dialética entre o resultado (materialidade) e o ideal na produção da cultura material (HODDER, 1991, 2012). Destacamos que, muitas vezes, aspectos ideais e efeitos pessoais não são possíveis de serem alcançados apenas por meio da análise da materialidade, mesmo que ela seja realizada de forma sistemática, científica e contextual. Não devemos jamais usar uma “camisa de força” quando se trata da aplicação de uma metodologia de análise ou de um viés teórico no estudo da cultura material. Respeitar os limites dos dados fornecidos pelas evidências arqueológicas e associá-los sempre às demais informações que compõem a integralidade de seu contexto social, buscando elementos comparativos, resultam em hipóteses interpretativas mais plausíveis e adequadas às particularidades culturais na produção de conhecimento das diferentes sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAIMO, Stacy. *Bodily Natures: Science, Environment, and the Material Self*. Bloomington, IN, Indiana University Press, 2010.
- ALBERTI, Benjamin; FOWLES, Severin; HOLBRAAD, Martin; MARSHALL, Yvonne; WITMORE, Christopher. Worlds otherwise: Archaeology, anthropology, and ontological difference. *Current Anthropology* 52 (6), p. 896-912, 2011.
- APPADURAI, Arjun (ed.). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- ALBERO, Daniel S. *Materiality, Techniques and Society in Pottery Production. The technological study of archaeological ceramics through paste analysis*. Berlin, Boston: Gruyter Open, 2014.
- ALBERO, Daniel S.; TRIAS, Manuel Calvo; ROSSELLÓ, Jaume García. Formal analysis and typological classification in the study of ancient pottery. In: HUNT, Alice M. W. (ed.). *The Oxford Handbook of Archaeological Ceramic Analysis*. Oxford, Oxford University Press, p. 181-199, 2016.
- BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- BARNARD, Alan. Emic and etic. In: BARNARD, Alan & SPENCER, Jonathan (eds.). *The Routledge Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London, Routledge, p. 220-223, 2010.
- BENNETT, Jane. *Vibrant Matter: A Political Ecology of Things*. Durham, NC, Duke University Press, 2010.
- BINFORD, Lewis. In *Pursuit of the Past: Decoding the Archaeological Record*. New York, Thames and Hudson, 1983.
- BOGOST, Ian. *Alien Phenomenology, or What It's Like to Be a Thing*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2012.

- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Trans. Richard Nice. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction. A social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Harvard University Press, 1984a.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1984b.
- BRAIDOTTI, Rosi. *The Posthuman*. Cambridge, Polity Press, 2013.
- BRYANT, Levi. *The Democracy of Objects*. Ann Arbor, MI, Open Humanities Press, 2011.
- BRYANT, Levi; SRNICEK, Nick; HARMAN, Graham. (eds.). *The Speculative Turn: Continental Materialism and Realism*. Melbourne, repress, 2011.
- COOLE, Diana; FROST, Samantha (Eds.). *New Materialisms: Ontology, Agency, and Politics*. Duke University Press, 2010.
- DELANDA, Manuel. *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London, Continuum, 2006.
- DELANDA, Manuel. Interview with Manuel DeLanda. In: DOLPHIJN, Rick; VAN DER TUIN, Iris (eds.). *New Materialism: Interviews and Cartographies*. Ann Arbor, MI, Open Humanities Press, p. 38-47, 2012.
- DELANDA, Manuel. *Assemblage Theory*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2016.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalisme et Schizophrénie 2. Mille Plateaux*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Trans. Robert Hurley, Mark Seem, and Helen R. Lane. Minneapolis, University of Minnesota, 1983.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Trans. Brian Massumi. Minneapolis, University of Minnesota, 1987.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo, Escuta, 1998.
- DE VAUJANY, François-Xavier; MITEV, Nathalie. Introduction au Tournant Matériel. In: DE VAUJANY, François-Xavier; HUSSENOT, Anthony; CHANLAT, Jean François (Eds.). *Les Théories des Organisations*. Paris, Economica, p. 25-42, 2016.
- DOBRES, Marcia-Anne. *Technology and Social Agency: Outlining a Practice Framework for Archaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2000.
- DOBRES, Marcia-Anne; HOFFMAN, Christopher R. Social agency and the dynamics of prehistoric technology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 1 (3), p. 211-258, 1994.
- DOBRES, Marcia-Anne; HOFFMAN, Christopher R. (eds.). *The Social Dynamics of Technology: Practice, Politics, and World Views*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1999.
- DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John E. (eds.). *Agency in archaeology*. London, Routledge, 2000a.

- DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John E. Agency in archaeology: paradigm or platitude? In: DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John E. (eds.). *Agency in archaeology*. London, Routledge, p. 3–17, 2000b.
- DOBRES, Marcia-Anne; ROBB, John E. 'Doing' agency: introductory remarks on methodology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 12, p. 159–66, 2005.
- DOLPHIJN, Rick; VAN DER TUIN, Iris (eds.). *New Materialism: Interviews and Cartographies*. Ann Arbor, MI, Open Humanities Press, 2012.
- DORNAN, Jennifer L. Agency and archaeology: past, present and future directions. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 9, p. 303–329, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic books, 1973.
- GELL, Alfred. The Technology of Enchantment and the Enchantment of Technology. In: COOTE, J.; SHELTON, A. (eds.). *Anthropology, Art and Aesthetics*. Oxford, Clarendon Press, p. 232-254, 1992.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: an anthropological theory*. Oxford, Clarendon, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *Studies in Social and Political Theory* (RLE Social Theory). 1st Edition. (Routledge Library Editions: Social Theory). London, Routledge, 1977.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory. Action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley / Los Angeles, University of California Press, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Polity, 1984.
- GIDDENS, Anthony. *Social theory and modern sociology*. Stanford, Stanford University Press, 1989.
- HARDING, Anthony. Introduction. Biography of things. *Distant Worlds Journal (DWJ) 1: Continuities and Changes of Meaning*, p. 5-10, 2016.
- HICKS, Dan. The Material-Cultural Turn: Event and Effect. In: HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary C. (Eds.). *The Oxford Handbook of Material Culture Studies*. Oxford, Oxford University Press, p. 25-98, 2010.
- HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (Eds.). *The Oxford Handbook of Material Culture Studies*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- HODDER, Ian. *The Meaning of Things: Material Culture and Symbolic Expression*. London: Harper Collins Academic, 1991.
- HODDER, Ian. *Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things*. Malden, Wiley-Blackwell, 2012.
- HUNT, Alice M. W. (ed.). *The Oxford Handbook of Archaeological Ceramic Analysis*. Oxford, Oxford University Press, 2016.
- INGOLD, Timothy. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling, and Skill*. London: Routledge, 2000.
- INGOLD, Timothy. Materials Against Materiality. *Archaeological Dialogues* 14, p. 1-16, 2007.

- INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, jan-abr, p. 6-25, 2010.
- INGOLD, Timothy. (Ed.). *Redrawing Anthropology: Materials, Movements, Lines*, Anthropological Studies of Creativity and Perception, Ashgate, 2011.
- KIRIATZI, Evangelia.; KNAPPETT, Carl. (eds.). *Human Mobility and Technological Transfer in the Prehistoric Mediterranean*. BSA Studies in Greek Antiquity 1. Cambridge, Cambridge University Press, 2016.
- KNAPPETT, Carl. *Thinking Through Material Culture: An Interdisciplinary Perspective*. Pennsylvania, University of Pennsylvania Press, 2005.
- KNAPPETT, Carl. *An Archaeology of Interaction: Network Perspectives on Material Culture and Society*. Oxford, Oxford University Press, 2011a.
- KNAPPETT, Carl. Networks of objects, meshworks of things. In: INGOLD, Timothy. (Ed.). *Redrawing Anthropology: Materials, Movements, Lines*, Anthropological Studies of Creativity and Perception, Ashgate, p. 45-63, 2011b.
- KNAPPETT, Carl. Materiality. In: HODDER, Ian (Ed.). *Archaeological Theory Today*, 2nd edition. Cambridge, Polity Press, p. 188-207, 2012a.
- KNAPPETT, Carl. Meaning in miniature: semiotic networks in material culture. In: JENSEN, M. N JOHANSEN; JENSEN, H.J. (Eds.). *Excavating the Mind: Cross-sections Through Culture, Cognition and Materiality*, Aarhus, Aarhus University Press, p. 87-109, 2012b.
- KNAPPETT, Carl. (ed.) *Network Analysis in Archaeology: New Approaches to Regional Interaction*. Oxford, Oxford University Press, 2013.
- KNAPPETT, Carl; MALAFOURIS, Lambros. (eds.) *Material Agency: Towards a Non-Anthropocentric Approach*. New York, Springer, 2008.
- KNAPPETT, Carl; VAN DER LEEUW, S. A developmental approach to ancient innovation: the potter's wheel in the Bronze Age East Mediterranean, *Pragmatics and Cognition* 22(1), p. 64-92, 2014.
- KRISTEVA, Julia. *Semeiotikê. Recherches pour une sémanalyse*. Paris, Seuil, 1969.
- KRISTEVA, Julia et al. (Orgs). *La Traversée des signes* (recueil des travaux du séminaire « pratique signifiante et mode de production »). Paris, Seuil, 1975.
- LAMOTTA, Vincent M.; SCHIFFER, Michael B. Behavioral Archaeology: towards a new synthesis. In: HODDER, I. (ed.). *Archaeological Theory Today*. Oxford, Blackwell, p. 14-64, 2001.
- LATOUR, Bruno. On Recalling ANT. In: LAW, John.; HASSARD, John (Eds.). *Actor Network and After*. Oxford, Blackwell, p. 15-25, 1999a.
- LATOUR, Bruno. *Pandora's Hope: Essays on the reality of science studies*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1999b.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, Bruno. Can we get our materialism back, please? *Isis*, 98(1), p. 138-142, 2007.

- LATOUR, Bruno. Technical Does not Mean Material. *Journal of Ethnographic Theory*, 4 (1), p. 507–510, 2014.
- LEMONNIER, Pierre. *Elements of an Anthropology of Technology*. Michigan, University of Michigan (Museum of Anthropology, Anthropological Paper no. 88), 1992.
- LEMONNIER, Pierre. The Blending Power of Things. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1), p. 537-548, 2014.
- LEROI-GOURHAN, André. *Le Geste et la Parole*. 2 vols. Paris, Albin Michel, 1964-1965.
- MARX, Karl. *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*. Hamburg: Verlag von Otto Meissner, 1867–1883.
- MILLER, Daniel. *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MILLER, Daniel. *Material Cultures: Why Some Things Matter*. Chicago, University of Chicago Press, 1998.
- MILLER, Daniel (ed.). *Materiality*. Durham, Duke University, 2005.
- MORALES GÜETO, J. *Tecnología de los materiales cerámicos*. Madrid, Consejería de Educación, Comunidad de Madrid, 2005.
- MORTON, Timothy. *Hyperobjects: Philosophy and Ecology after the End of the World*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2013.
- OLSEN, Bjornar. *In Defense of Things: Archaeology and the Ontology of Objects*. Plymouth, Altamira Press, 2010.
- ROBB, John E. Tradition and agency: human body representations in later prehistoric Europe. *World Archaeology*, 40, p. 332–53, 2008.
- ROBB, John E. Beyond agency, *World Archaeology*, 42(4), p. 493-520, 2010.
- ROBB, John E. What Do Things Want? Object Design as a Middle Range Theory of Material Culture. *Archeological Papers of the American Anthropological Association*, vol. 26, p. 166-180, 2015.
- SOFAER, J. *The Body as Material Culture: A Theoretical Osteoarchaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- SCHIFFER, Michael B.; SKIBO, James, M. The Explanation of Artifact Variability. *American Antiquity*, v. 62, n. 1., p. 27-50, jan, 1997.
- SCHIFFER, Michael B. The influence of surface treatment on heating effectiveness of ceramic vessels. *Journal of Archaeological Sciences*, 17 (4). p. 373-382, 1990.
- SCHIFFER, Michael B. A behavioral Theory of Meaning. In: SKIBO, J. M. & FEINMAN, G. M. (eds.). *Pottery and People. A dynamic interaction*. Utah, University of Utah Press, p. 199-217, 1999.
- SCHIFFER, Michael B. Studying Technological Change: a behavioral perspective. *World Archaeology*, 36 (4), p. 579-585, 2004.
- STOCKHAMMER, Philipp W. (ed.). *Conceptualizing Cultural Hybridization. A Transdisciplinary Approach. Transcultural research*. Springer, 2012.

WATTS, Christopher M. From purification to mediation: overcoming artifactual 'otherness' with and in Actor-Netwok Theory. *Journal of Iberian Archaeology*, 9/10, p. 39-54, 2007.